

Algumas Formulações Estratégicas

La stratégie n'est jamais une doctrine unique mais l'art de choisir opportunément parmi les diverses doctrines et les procédés possibles, ceux qui s'appliquent le mieux au cas considéré.

André Beaufre — “Dissuasion et Stratégie”.

DOMINGOS PACÍFICO CASTELLO BRANCO FERREIRA
Capitão-de-Fragata

O FRACIONAMENTO DO PODER

Inicialmente, é preciso reconhecer que o mundo está em acelerada transformação. o processo deflagrado formalmente por Willy Brandt ao levar adiante sua *ostpolitik* desdobrou-se em mudanças fundamentais na estrutura do poder internacional. No entanto, as causas vêm de longa data, e o detentor do Prêmio Nobel da Paz de 1971 teve o mérito de identificar o momento oportuno para sacudir a poeira que estava assentando sobre o sofrido problema alemão.

Os Estados Unidos, apesar de terem tentado resistir às investidas gaulistas, acabaram se rendendo à realidade econômica, conforme antevira o gênio do velho general. Durante quase toda a década de envolvimento no Sudeste asiático, o processo de deterioração de sua influência no mundo, iniciado no final dos anos cinqüenta, acelerou-se paralelamente ao declínio de sua razão de participação no produto mundial global. A sorte, normalmente a favor em seus envoltimentos internacionais, faltou-lhe nas decisões referentes à Indochina. Pela primeira vez

em sua história, falou-se em derrota, expressão substituída por eufemismos como *retirada* e *vietnamização*.

A União Soviética, potência em ascensão, tem sido a beneficiária direta desses problemas vividos pelos americanos, porém sofre de tremendas limitações políticas, institucionais e econômicas.

O movimento comunista mundial experimentou ultimamente um fracionamento definitivo, iniciado pela defecção chinesa há mais de uma década. À URSS não é mais prestada a obediência absoluta de vinte anos atrás, à exceção dos países fronteiriços da Europa, cuja lealdade lhe é vital e, portanto, imposta a qualquer custo.

Paralelamente a esse problema externo, a enorme ineficiência administrativa do sistema estatal centralizador tem aparecido sempre mais às vistas da própria população soviética, cada dia mais exigente em termos de consumo. Em que pese os instrumentos de repressão facultados pela rigidez institucional, tem sido cada vez mais difícil aos dirigentes não prestarem contas a seus governados.

Na busca de soluções para esses problemas econômicos, a cortina de ferro tem-se aberto várias vezes. Itália, França, Alemanha e, por último, os próprios Estados Unidos penetraram em áreas críticas da economia soviética, com benefícios recíprocos. Ao mesmo tempo, a URSS procura aumentar seu intercâmbio comercial com outras áreas econômicas, inclusive países subdesenvolvidos. Tal diversificação, afastando-a do tradicional comércio caseiro com os satélites do Leste europeu, tem-na levado a disputar mercados, mesmo setoriais, como, por exemplo, na Índia, nos países árabes e de outras regiões africanas, e também na América do Sul, todos tradicionalmente ligados a outros centros econômicos.

No entanto, o parâmetro mais importante para uma avaliação correta do panorama mundial não tem sua origem no que está ocorrendo com as duas superpotências. O que se passa com elas é consequência, já que o fator gerador das transformações citadas é o surgimento de novos centros de poder: o Japão, a Europa integrada e a China.

A participação relativa dessas três potências na produção mundial de bens e serviços tem aumentado à custa dos dois antigos monopolizadores do poder. É bem verdade que a China ainda não tem um enorme PNB, porém é forçoso reconhecer, considerações políticas à parte, que o atual regime chinês está obtendo inegável sucesso na exploração dos fatores de produção do país. À vista disso, e da posse da bomba, seu peso específico já têm sido suficiente para elevá-la à categoria de centro de poder mundial, de importância crescente com o tempo, fato recentemente ratificado pela ONU.

Assim, evolui o mundo rapidamente de uma bipolaridade de poder para uma pentapolaridade, e o reconhecimento pragmático desse fato tem-se refletido na intensa atividade diplomá-

tica, em nível de chefe de Estado, dos últimos três anos.

A ascensão desses novos centros de consumo à categoria de expressões reais de poder internacional tem coincido com a constatação, pela Humanidade em geral, do alto valor e da distribuição geográfica caprichosa das matérias-primas necessárias à manutenção do ritmo voraz de desenvolvimento nas regiões mais adiantadas, bem como para o atendimento das pressões surgidas nas áreas menos desenvolvidas, porém desejosas de melhorar seu padrão de vida.

Geograficamente falando, é fácil identificar uma tendência de *verticalização* na distribuição lógica das áreas de atuação dos cinco centros de poder, em busca de fontes de matérias-primas para alimentar suas sociedades. Os Estados Unidos contam com o continente americano, a Europa com a África, a URSS — o mais auto-suficiente dos centros de poder — com o subcontinente asiático, e a China e o Japão com as regiões peninsulares e insulares do Sul, incluindo a Austrália.¹

CONSEQUÊNCIAS DA MULTIPOLARIZAÇÃO

A multipolarização que se processa, associada à divisão do mundo em nações *consumidoras* e *fornecedoras*, traz como consequência política o abandono das motivações ideológicas. Como resultado, os doutrinadores ortodoxos têm assistido suas elaboradas formulações serem destruídas com apertos de mão, brindes e sorrisos que seriam considerados surrealistas há dez anos. A ideologia passou a ser luxo à vista das necessidades mais prementes da economia.

Politicamente, o que se assiste hoje é a procura de uma definição nessas áreas, e são do dia-a-dia vários exemplos:

— A influência japonesa e chinesa se espalha rapidamente na *sua região*, e a Austrália, último bastião branco de lá, já reconheceu a conveniência de associação econômica em vários níveis com seus vizinhos amarelos, conforme medidas concretas do atual governo;²

— a independência política das colônias africanas foi uma hábil manobra que atendeu aos reclamos formais dos países envolvidos, mantendo-os, no entanto em elevado grau de dependência econômica com os antigos padrões europeus;

— a URSS vem marcando pontos crescentes no subcontinente asiático e as posições assumidas por ela e pela China por ocasião do último conflito indo-paquistanês bem indicam as intenções de ambas na região;

— finalmente, tem-se o continente americano, onde a desproporção de poder entre os EUA e os demais países tem ainda mantido, apesar de todos os percalços, a antiga situação de dependência, se bem que agora crescentemente nos dois sentidos.

É claro que essa definição de áreas de influência não se faz sem dor e as regiões *forneedoras* não perfeitamente delimitadas, onde há tensões entre os centros de poder, tornam-se locais de disputa em escalada crescente.

Um diagnóstico do conflito vietnamita, feito há cinco anos, encará-lo-ia como um reflexo da doutrina de *contenção* em que as duas facções, capitalista e comunista, se enfrentavam mais uma vez. No entanto, hoje, verifica-se que o beneficiário direto daquela guerra é o poder chinês, pois através dela conseguiu alijar os caucasianos da área, provavelmente em definitivo.

O problema do Oriente Médio assume proporções mais graves pela proximidade da URSS e também — e

principalmente — pelo que representa como área vital em termos de energia. À parte os lucros políticos que a URSS tem auferido na região, o que se observa de mais sério é a tomada de consciência dos árabes quanto ao valor do seu petróleo para grande parte do mundo.

Assim, os países árabes *descobriram* no último conflito com Israel que podem perturbar tremendamente grande parte do mundo através da subida de preços ou redução na produção de óleo, em ambos os casos procurando obter o maior benefício de sua produção. Essas duas alterantivas causarão cada vez mais problemas para as nações *consumidoras*, e de sua pressão podem surgir dois tipos de conflitos:

— Entre as nações *consumidoras*, buscando obter o controle da área;

— entre uma nação ou nações *consumidoras*, procurando resolver o problema energético, e a nação ou nações *forneedoras* exigindo altos preços, financeiros ou políticos, pelo seu óleo.

A busca de solução desses conflitos pode levar, basicamente, a três tipos de disposição estratégica:

— Aliança entre as nações *forneedoras* e um consumidor apto a pagar o preço mais alto em termos políticos ou em dinheiro;

— acomodação entre as nações *consumidoras*, distribuindo entre si recursos das nações *forneedoras*;

— aliança entre as nações *consumidoras* com economias completamente, criando alianças auto-suficientes e superpoderosas.

Do raciocínio seguido até aqui, quanto ao Oriente Médio, pode-se inferir duas coisas importantes:

— as conclusões são válidas também para qualquer tipo de matéria-prima essencial, em qualquer parte do mundo;

— as nações *fornecedoras* não participarão decisivamente do tipo de solução a ser adotada pelas *consumidoras* quando da rutura das crises, a não ser, talvez, como campo de batalha.³

Cabe ainda afirmar que será natural a tendência dos centros de poder de tentarem atender às suas carências nas regiões geográficas verticalmente mais próximas, ante razões geopolíticas — e geoestratégicas — em uma extensão do conceito de *área vital*. Daí ver-se corroborada a assertiva anteriormente feita da *divisão vertical* do mundo em cinco áreas básicas, com econômicas complementares, áreas essas que tenderão a se institucionalizar através de um processo político, provavelmente pontilhado de conflitos localizados, e periféricos em relação aos centros de poder.

Em algumas áreas, como o continente americano, há toda uma tradição de dependência, formalizada jurídica, política e economicamente, a a qual assegura, pelo menos enquanto interesses vitais não estão em jogo, uma certa inércia, ou melhor dizendo, rigidez retardatória nas mudanças causadas por influências exógenas. O trauma causado por Cuba e a recente experiência chilena são exemplos recentes dessa assertiva.

Já na África negra, há também várias nações *fornecedoras* envolvidas na disputa entre os centros consumidores, e até a China — ainda que por causas essencialmente políticas resolveu intrometer-se. É provável a repetição de problemas do tipo angolano ou nigeriano, conforme as lideranças locais resolverem usar efetivamente as opções políticas facultadas pela sua independência formal.

Para o norte e para o leste tem-se o conflito *padrão* do Oriente Médio, e os casos do Paquistão, Malásia, Sudeste Asiático e Indonésia, todos vividos recentemente e debatidos *ad nauseam*.

Neles, o conflito de interesses dos poderosos é por demais evidente para merecer maiores comentários.

As conseqüências lógicas da multipolarização apontada transparecem também em atitudes mais ostensivas dos centros de poder, se bem que de menor impacto no noticiário internacional do que os conflitos armados em áreas periféricas. Sem pretensão de fazer uma lista completa, podem ser citados os seguintes exemplos:

— O plano de duplicação da Força Marítima de Defesa do Japão, nos próximos cinco anos, e sua nuclearização em breve, encerrando um paradoxo econômico-militar;

— o *abandono* da Europa pelos Estados Unidos, perante a URSS, com a retirada quase certa das forças americanas do solo europeu em futuro próximo;

— o crescente sentimento de unidade europeia e sua *falta de solidariedade* para com os EUA por ocasião do último conflito árabe-israelense, quando emergiu com toda plenitude sua posição secundária nas decisões entre as duas superpotências;

— o já citado posicionamento soviético quando da crise indo-paquistanesa, e a atitude dúbia dos EUA durante todo o conflito;

— a decisão americana de explorar o petróleo do Alasca a qualquer preço, mesmo com riscos de reação violenta por parte do Canadá, por alegadas razões ecológicas, e de fracasso financeiro, por motivos inerentes às condições geográficas da região.⁴

A OPORTUNIDADE BRASILEIRA

Pode-se considerar o Brasil vivendo um momento de excepcional importância histórica ao mesmo tempo que se lhe apresenta uma oportunidade ímpar no cenário internacional, exata-

mente devido às profundas alterações ora em andamento no mundo.

É comum comparar-se a atual fase brasileira de evolução econômico-social com a vivida pelos Estados Unidos entre cem e cinqüenta anos atrás. Realmente, em ambos os países, tais fases correspondem à ocupação efetiva de vastas áreas territoriais e ao despertar de uma consciência nacional quanto ao enorme potencial explorável ao alcance das mãos. Some-se a isso outros dois fatores de grande significação e que constituem exceções para países dessa extensão territorial e população: a existência de uma unidade lingüística e de uma só tradição cultural, essa última relativamente mais forte no Brasil de hoje do que nos EUA da segunda metade do século XIX, e que lhe causou a Guerra da Secessão.

O que se pretende com essas comparações é concluir pela certeza de que o Brasil se transformará em uma potência de expressão mundial em um período que, sem dúvida, variará em função de certos condicionantes, porém cuja amplitude de variação não se expressará em séculos e sim em decênios.

Por uma questão de respeito aos critérios formais de raciocínio cartesiano, transforme-se essa certeza em hipótese básica a fim de se poder seguir adiante com as idéias, e formule-se da seguinte maneira: dentro de três décadas, o Brasil será um centro de poder com influência equiparável aos outros cinco integrantes da pentarquia que se afirma no palco internacional.

Esse fato, em tão curto período de tempo na vida de uma nação, obriga a certas responsabilidades e cria outras tantas necessidades para as quais a consciência nacional só vem despertando, conforme elas se apresentam como mais prementes.

Em caso de crescimento acelerado, como o brasileiro, a pressão sobre os

fatores de produção tenderá a crescer de forma espiralar em função do ritmo impresso ao desenvolvimento.

O problema da mão-de-obra é solucionável, educando-se a enorme e versátil população do país, o que representa o mais seguro e rentável investimento a longo prazo e, talvez, a evolução de maior significado do último decênio. Há, portanto, possibilidades quase ilimitadas quanto à expansão desse setor.

A questão do capital tem sido resolvida com um certo nível de participação externa, em caráter de opção, e com o propósito específico de acelerar o ritmo de desenvolvimento do país às taxas desejadas. Tal fato se deve à necessidade de se conciliar o crescimento acelerado com uma taxa de poupança interna a níveis suportáveis, principalmente para as camadas menos favorecidas.⁵

Constata-se, portanto, um crescente grau de dependência externa, especialmente na área de comércio exterior, refletido pelo total de exportações e importações de bens visíveis que vêm crescendo enormemente nos últimos anos. A manutenção desse ritmo de crescimento é essencial para a sustentação das altas taxas de desenvolvimento, e seu valor absoluto precisará crescer a médio prazo, em proporções sempre superiores às taxas de crescimento do PNB.⁶ Daí a excepcional vitalidade em nossa política de exportações, a primeira atitude externa agressiva tomada pelo país desde a consolidação de suas fronteiras geográficas. Agora, trata-se da necessidade de expansão das fronteiras econômicas.

Em conclusão, pode-se afirmar que o esforço feito por esta geração para explorar e conhecer melhor as imensas potencialidades contidas no espaço geográfico brasileiro vem produzindo frutos, e seus dividendos serão maiores à medida que for mais preciso o conhe-

cimento do existente no território nacional. Ao mesmo tempo, suas limitações aparecerão também de forma mais evidente, e a necessidade de suprir as carências essenciais vai fazer com que o país cada vez mais projete seus interesses externamente, a exemplo do que ora ocorre com a exploração do petróleo.

O BRAÇO DO PODER NAVAL

Em 1890, ao terminarem as escaramuças entre brancos e índios em Wounded Knee, com a vitória dos primeiros, o Governo americano declarou não haver mais fronteiras terrestres no território continental dos EUA. Naquele mesmo ano, o CMC Alfredo T. Mahan escrevia para a revista *Atlantic Monthly* "Quer queiram quer não, os americanos agora necessitarão olhar para fora de suas fronteiras".⁷

Realmente, dessa época em diante, os Estados Unidos viram-se forçados, pela energia de sua própria expansão econômica, a multiplicar e expandir seus interesses pelo mundo afora. Os resultados são sobejamente conhecidos e vão desde a conquista de posições estratégicas em várias partes do globo, pela diplomacia ou pela força, até às culminâncias de sua indisputada hegemonia de vinte anos atrás.

Os meios para conseguir essa prodigiosa expansão, isto é, as estratégias econômica, política, diplomática, militar e marítima são exemplos a serem estudados pela sua significação e atualidade. Dentre elas, aqui interessa mais de perto a estratégia marítima e, especialmente, a naval.

Uma análise mais detalhada da estratégia naval americana, de 1890 até a recente ascensão da Marinha Soviética, permitiria reconhecer os ingredientes clássicos de todas as evoluções de países à categoria de expressões mundiais, e que pode ser assim sinte-

tizada: forte expansão econômica através do comércio exterior efetuada pelo mar e apoiada concomitantemente por poderoso braço armado naval. Uma enumeração regressiva de exemplos, além dos já citados soviético e americano, iria da Grã-Bretanha à Fenícia, e se perderia no passado.

O Brasil ensaia exatamente os passos iniciais dessa expansão e a exploração de suas potencialidades foi apenas iniciada. Em conseqüência, cabe alertar que a realidade dos dias de hoje é sintomática: o crescimento brasileiro cada vez mais se processa às custas do comércio exterior, e a lógica indica que assim continuará em índices de crescimento exponencial.

Nas últimas duas décadas, o panorama político e econômico nacional e do mundo se transformou radicalmente, conforme já analisado antes, e é exatamente dessa transformação que o Brasil pode e deve se beneficiar. Na realidade, isto já está sendo feito, através da política agressiva de penetração dos mercados externos, desencadeada pelos setores econômico-financeiros do país, com intensa atividade de apoio por parte da área diplomática, todos visando ao atendimento de evidentes propósitos superiores comuns.

O fracionamento do poder, inicialmente de um monopólio para um duopólio, e agora para um cartel de cinco detentores, facilita ao Brasil sua penetração em áreas externas, principalmente nos setores em processo de composição de interesses e estratificação de sistemas formalizadores de relações específicas. Devido a isso, o País goza hoje, em política internacional, de graus de liberdade insuspeitados há alguns anos, e cuja persistência será função da evolução das relações dos centros *consumidores* entre si e deles com as áreas *forneedoras*, assim como da expressão real atingida pela sua estatura estratégica.

As etapas iniciais do crescimento do Poder Marítimo brasileiro foram cobertas em meados da década de 50, com a implantação da indústria de construção naval. Tudo indica que tal se deu com horizontes ainda bem menos definidos, quanto às perspectivas de evolução, do que o quadro promissor que se antevê hoje, principalmente no que tange à projeção do poder econômico brasileiro no campo internacional.

No setor dos transportes, essa renovação e acelerada ampliação da marinha mercante, bem como da rede portuária e das condições de circulação interna de mercadorias, estão todas conformes com as necessidades de expansão econômica do País e nitidamente atendem a diretrizes coordenadoras superiores.

Os problemas do setor naval, imprescindíveis à segurança do que hoje se cria no Brasil em termos de expansão econômica, merecem reflexões mais detalhadas.

No campo material, a Marinha de Guerra conseguiu dar passos positivos, no sentido de se organizar administrativamente na década de 60 e, dentro das possibilidades econômicas crescentes do País, está passando por razoável expansão e modernização de meios flutuantes, com conseqüente pressão vitalizadora para maior racionalização de sua infra-estrutura administrativa e logística.

A expansão das forças navais tem-se processado basicamente por três caminhos: a construção naval no País, a construção naval na Europa e a compra de material usado, porém aproveitável ainda por algum tempo, nos EUA. O ritmo de desenvolvimento nacional, com a resultante diversificação e especialização do parque industrial, levará à substituição paulatina das importações, e se pode prever, com segurança, a solução do problema de de-

pendência externa no setor material em prazos relativamente curtos, inclusive a questão fundamental da propulsão nuclear. É claro que se tratam de problemas sérios, de grande vulto, exigindo muito esforço, porém cuja solução já foi iniciada e está sendo levada adiante com determinação.

Resta ainda, nesse campo, mencionar os meios aéreos para a guerra no mar, os quais passam atualmente por rápida transformação, causando expectativas e perplexidades nos círculos navais de todo o mundo. À parte a questão institucional existente quanto à posse desses meios, a Marinha do Brasil, como é natural, também se vê face a face com tais problemas, cuja solução será cada vez mais premente para ela, à medida que se tornar mais complexo o panorama estratégico naval brasileiro e que for crescendo o volume de recursos financeiros disponíveis para reequipamento de meios aéreos e flutuantes.

É necessária também uma breve menção ao problema de pessoal, pela sua importância óbvia. As medidas tomadas pelo Governo no campo da educação, a enorme oferta de mão-de-obra jovem e as providências internas da Marinha no setor de pessoal fazem prever um certo grau de tranqüilidade no setor, pelo menos a médio prazo.

Essa digressão pelas áreas logístico-administrativas da Marinha, onde há medidas concretas, enfrentando problemas de base e há longo tempo exigindo soluções, permite agora fixar a atenção na questão mais importante que ora se apresenta aos meios navais brasileiros, e de cujo equacionamento adequado decorrerão todas suas outras atividades. Trata-se da formulação de uma estratégia naval brasileira, adequada às necessidades atuais e futuras do país nos campos da segurança e do desenvolvimento, e do planejamento e execução de medidas dela decorrentes.

É necessário reconhecer que, da Segunda Guerra Mundial até agora, nossa estratégia naval tem permanecido intimamente associada à americana, por motivos óbvios, decorrentes do panorama político e econômico mundial, e aqui já discutidos.

Ultrapassadas, em grande parte, as dificuldades decorrentes de problemas de segurança interna, cujo vulto crescerá nos anos 60 por motivos conhecidos, volta a Marinha sua atenção, com redobrada ênfase, para o mar.

É nesse retorno às preocupações com a segurança externa, coincidindo com a fase atual de desenvolvimento do País e conseqüentemente da Marinha, que reside a oportunidade excepcional de reformular a estratégia naval brasileira, para que passe a apoiar realmente os passos no exterior que o Brasil corajosamente, e por necessidade, está dando nas áreas econômico-financeira e diplomática.

Não se trata de abandonar os laços de amizade tradicional com os Estados Unidos, porém é forçoso partir-se do fato de que hoje o comércio brasileiro com aquele país é cerca de um terço do total, sendo a Europa o principal mercado do Brasil. Além disso, há interesses nacionais crescentes em outras áreas do mundo, como a costa atlântica da África, os países fornecedores de petróleo do Oriente Médio, as Américas do Sul e Central e o Japão.

Tal diversificação de intercâmbio comercial tem introduzido grandes alterações nas rotas marítimas de interesse nacional, algumas vitais, e é responsabilidade da Marinha defendê-las. Acresça-se a esse fato a tendência manifesta a uma diversificação ainda maior em futuro próximo, em uma espécie de *corte horizontal* do comércio brasileiro nas *áreas verticais* de influência dos atuais cinco polos econômicos mundiais. Para futuro não muito distante, com a elevação do Bra-

sil à categoria de centro de poder, o problema do seu comércio marítimo tornar-se-á ainda mais complexo e o número de rotas marítimas de e para o País cobrirá virtualmente todo o Atlântico Sul, estendendo-se pelos oceanos vizinhos.

Em paralelo a esse desdobramento de atividades brasileiras, está o aumento da importância estratégica do Atlântico Sul para os EUA e Europa devido ao tráfego marítimo crescente em suas águas, principalmente de óleo. Na década de 80, esse oceano será a "jugular dos Estados Unidos", na expressão do Almirante Zumwalt, e hoje já pode ser considerado a artéria vital da Europa.⁹ Além disso, com o aperfeiçoamento dos mísseis balísticos intercontinentais, esses já podem ser lançados sobre os EUA e Europa, de bordo de submarinos mergulhados no Atlântico Sul.

A posição brasileira, dominando a passagem mais estreita, entre o Saliente do Nordeste e o Saliente Africano, é de extremo valor estratégico, tendo em vista os modernos instrumentos de guerra naval e aeronaval. Com meios flutuantes e aéreos adequados, baseados no Nordeste, o Brasil tem condições excepcionais para dominar aquela entrada do novo Mediterrâneo deste final do século e do próximo: o Atlântico Norte.

Tal vantagem de posição, aliada ao desenvolvimento nacional e à crescente diversificação de rotas marítimas de importância para o País, conduz à conclusão simples porém definitiva e absolutamente verdadeira: *tudo* que acontecer de agora em diante em *todo* o Atlântico Sul diz respeito *diretamente* ao Brasil e, conseqüentemente *à sua Marinha de Guerra*.

Resta ainda mencionar que forças navais não são só para obter efeitos deterrentes sobre possíveis inimigos, travar combates na disputa, manuten-

ção ou negação do Domínio do Mar nas áreas marítimas de interesse de um país, ou ainda, para projetar seu poder sobre território adversário. U'a marinha sempre foi, e sempre será, um formidável fator de força nas mãos de negociadores políticos e, quer se queira, quer não, a Marinha Brasileira será cada vez mais usada como tal, à medida que o poder nacional se projetar externamente.

Finalmente, u'a marinha desempenha sempre, com sua presença, o papel de apoio à expansão externa dos poderes econômicos e psicossocial de seu país. Coerentemente, o Brasil precisará também usar esse instrumento, em especial com relação aos países menos desenvolvidos da África e das Américas, campo fértil para a inevitável expansão de sua influência.

Essas considerações podem parecer de teor imperialista, expansionistas, ou destituídas de valores éticos. Em verdade, elas são de caráter pragmático, realista e profissional. A lógica é simples: a projeção externa de interesses brasileiros é inevitável como produto do fortalecimento do país, e cabe à Marinha apoiá-la. O navio de guerra é um instrumento de força e, se existe, deve assim ser usado quando necessário, seja para evitar, seja para decidir conflitos armados ou não. Aos profissionais responsáveis pelo seu emprego adequado, cabe a tarefa de prever as circunstâncias de sua provável utilização, a fim de estarem prontos quando e onde forem necessários.

CONCLUSÕES:

Desses fatos inquestionáveis deverá decorrer a reformulação de uma estratégia naval brasileira, abrangendo em suas linhas mestras os seguintes

pontos, e tendo sempre em vista o valor da posição estratégica do País, a importância crescente do Atlântico Sul e o aumento acelerado do poder nacional:

— Expansão das atividades navais brasileiras a todo o Atlântico Sul, incluindo as costas africanas e as altas latitudes, até a Antártida;

— obtenção, por meio de negociações, de pontos de apoio operativo para a MB na periferia do Atlântico Sul, e também em suas ilhas oceânicas de maior valor estratégico;

— posicionamento de ponderáveis forças navais, anfíbias e aeronavais brasileiras ao sul do Rio de Janeiro e no saliente Nordeste, ou o mais próximo possível a ele;

— dimensionamento e reequipamento das forças navais, anfíbias e aeronavais brasileiras visando a poder o país exercer o domínio de áreas marítimas focais do Atlântico Sul, pelo maior prazo possível, em caso de conflito convencional contra qualquer inimigo;

— acompanhamento permanente da evolução dos meios aéreos para operação sobre o mar e de suas doutrinas de emprego, de modo a permitir, sempre que necessário, o uso eficiente desses extraordinários instrumentos do Poder Naval;

— negociação ou renegociação de tratados de defesa multilaterais ou bilaterais, com quaisquer países que possuam interesses no Atlântico Sul, e cuja aliança seja de efetivo proveito para o Brasil.

Somente pensando e atuando nesses termos, poderá a Marinha Brasileira adequar-se às tarefas que lhe serão exigidas nas próximas gerações.

BIBLIOGRAFIA DO ARTIGO "ALGUMAS FORMULAÇÕES ESTRATÉGICAS"

1. SCHACK, Alard von. Changes in the international system. Aussenpolitik, s.l., 22(1):31-43, 1971, p.39.
2. Communist China Foreign Relations, in Deadline Data on World Affairs. Greenwich, Conn., 24 jul. 1973, p. 364v.
3. SIGLER, Nelan M.. What concept of war is appropriate for the U.S. Navy today? Newport, R.I., 1973, s.ed., p.3.
4. Nixon aprova construção de oleoduto do Alasca. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 nov. 1973, 19 cad., p. 1.
5. NETTO, Antonio Delfim. "Perspectivas do desenvolvimento econômico Nacional". Conferência pronunciada na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, GB., 31 out. 1973.
6. Id., ibid..
7. TUCHMAN, Barbara W.. The proud tower. A portrait of the World before the War: 1890-1914. New York, The MacMillan Company, 1966, p. 149.
8. ZUMWALT Jr., Elmo R.. "Operations of the U.S. Navy today and tomorrow". Conferência pronunciada no U.S. Naval War Collegê. Newport. R.I., 27 jun. 1973.